

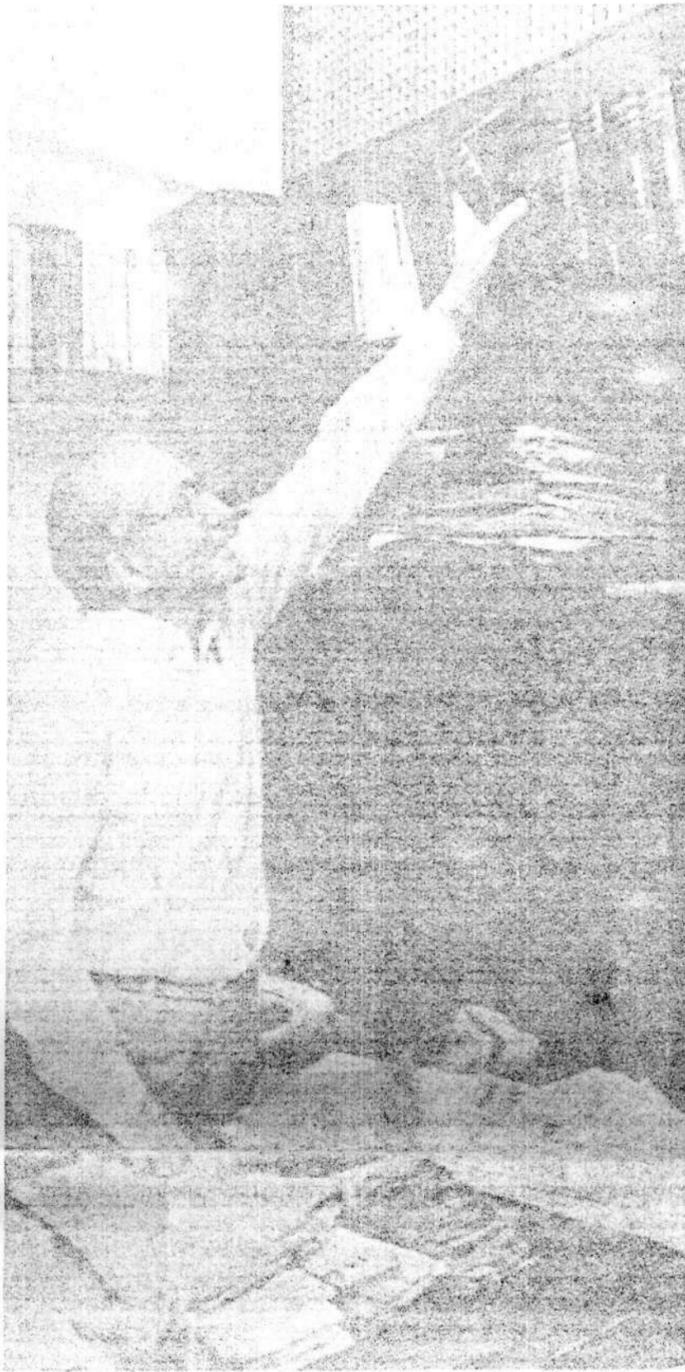
# Editoras preparam comentários à nova Constituição

Constitucionalistas e especialistas colaboram com essas publicações que devem ser colocadas no mercado logo após a promulgação da Carta

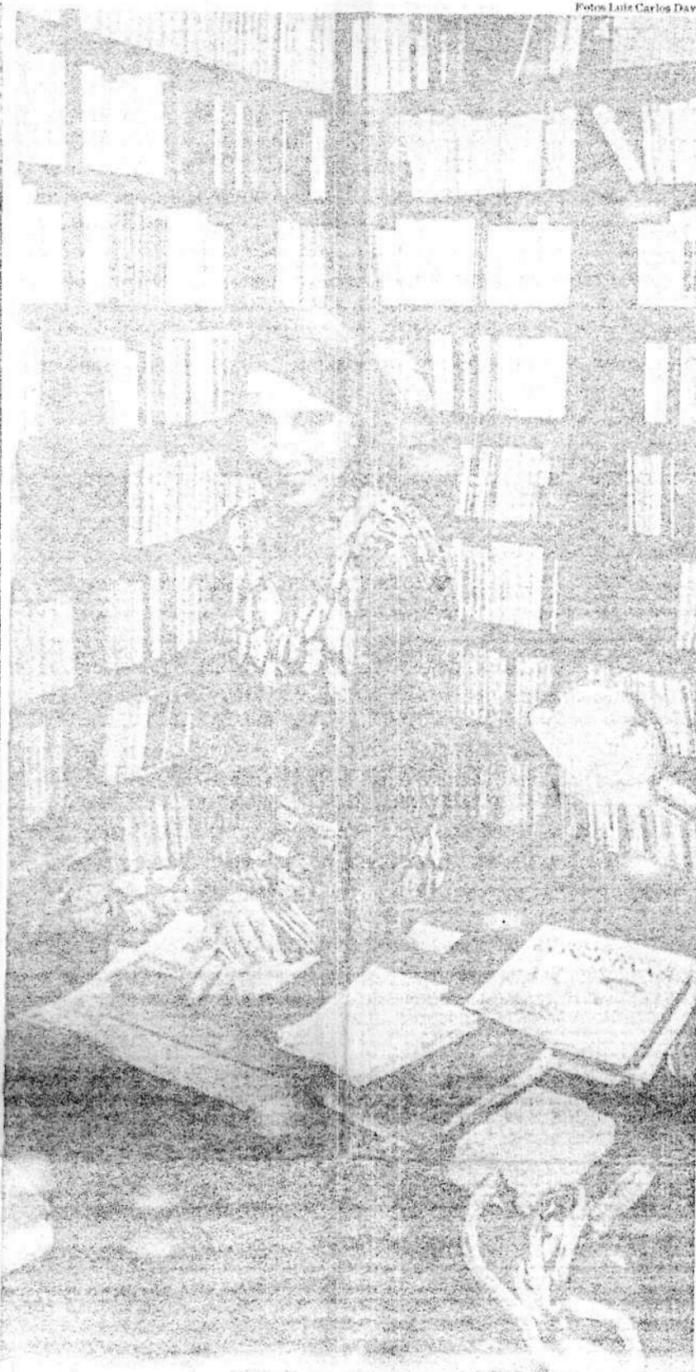
Foto Luis Carlos David

P. A10  
FOLHA DE SÃO PAULO  
22 MAI 1988

NESTOR VITOR RICH  
Do Sucursal do Rio



Calheiros Bastum, que coordena os trabalhos nas Edições Trabalhistas



Regina Bilac Pinto Zingoni, diretora editorial da Editora Forense

Os trabalhos do Congresso constituinte não têm data para acabar, mas já são pelo menos 10 os livros de comentários à nova Constituição que as editoras estão preparando para lançar, alguns imediatamente após a promulgação da nova Carta apesar das modificações a que ainda está sujeita. É uma corrida contra o tempo e vencerá a editora que melhor uso fizer de seus computadores. Muitos autores têm críticas ao que foi aprovado, prevêem que a nova Constituição não será duradoura e angustiam-se com as alterações que serão forçados a fazer. As pressas, em razão das votações de emendas supressivas, no segundo turno, quando novas modificações serão introduzidas no texto constitucional.

Do ponto de vista da rapidez e até onde as editoras se permitem revelar métodos de trabalho, a batalha principal está sendo travada entre a Forense, do Rio, e a Saraiva, de São Paulo. Além dessas duas, mas sem a mesma pressa, outras cinco estão em contato ou já assinaram contratos com diversos constitucionalistas e especialistas nas diferentes áreas do direito para a produção de obras comentadas sobre a nova Constituição: Freitas Bastos, Globo, Editora A.I.D.E., Edições Trabalhistas e editora Revista dos Tribunais.

As mesmas quatro delas — Forense, Freitas Bastos, Saraiva e Trabalhistas — acionam suas equipes para a composição do texto integral da nova Constituição, que pretendem fazer chegar às livrarias em prazos que variam entre um dia após a promulgação (Forense e Freitas Bastos) e 15 a 20 dias após (as outras duas). As editoras que menos se preocupam com o fator são a Brasiliense, que ainda tem previsto para ser lançado nos próximos meses, e a A.I.D.E., que prepara alguns trabalhos, mas sem data de lançamento.

Desde o início dos trabalhos do Congresso constituinte, no entanto, a Brasiliense vem editando livretos de estudos contendo a história das Constituições brasileiras e apresentando debates sobre o tema. Edições semelhantes já foram postas à venda pela Freitas Bastos ("A nova Constituição e o Direito Internacional — Propostas e Sugestões", de Jacob Dolinger, e "Os Direitos Sociais na nova Constituição", de Arnaldo Sussekind) e pela Liber Juris, que relançou dois clássicos sobre temas constitucionais ("A Essência da Constituição", de Ferdinand Lassalle, e "A Constituinte Burguesa — O que é o Terceiro Estado", de Emanuel Joseph Gleyse).

## "Um bom negócio"

Das editoras mencionadas, a que está investindo mais pesado é a Forense. "É um bom negócio", admite sua diretora-geral, Regina Bilac Pinto Zingoni, "porque se trata de livro técnico, instrumento de trabalho do aluno, do professor e do estudioso". Ela se queixa da margem de lucro, de "apenas" 10%, e dos constantes aumentos no preço do papel, "de 1.400% só nos últimos 12 meses", mas reconhece que as perdas "são compensadas pela necessidade que o público tem de renovar sua biblioteca nessa área". Para o autor, o pagamento é na base de 10% do preço de capa, que varia de obra para obra, assim como a tiragem, "geralmente entre 3 mil e 5 mil exemplares na primeira edição".

Já o assessor da Presidência da Freitas Bastos, coronel reformado Lúcio Valle Barroso, considera "temerário" fazer qualquer previsão sobre lucros, embora admita que "prejuízo não haverá" e que a edição de livros sobre a Constituição "pode ser lucrativa, pois todo mundo

vai precisar: os alunos, os professores e o público em geral, o que garante o êxito das publicações". Barroso queixa-se também do aumento de 1.400% no preço do papel, "hoje a Cx\$ 200,00 o quilo".

Diferente é o relato do diretor da Área de Produtos da Editora Saraiva, Antônio Luiz de Toledo Pinto, que fala em "margem de lucro cada vez menor, com prejuízos em alguns casos por causa do alto preço dos insumos, do papel e do serviço de impressão", mas recusa-se a citar números. Toledo Pinto diz apenas que "a inflação do custo é bem superior à inflação oficial".

## Obras em preparo

A Forense prepara-se para lançar quatro trabalhos de comentários à Carta, elaborados em grupo, e três trabalhos individuais. As obras coletivas são: 1) "Comentários à Constituição de 1988", de 14 autores, coordenada pelo tributarista Carlos Valder do Nascimento, 44, professor de direito tributário e direito constitucional da Faculdade Santa Cruz, na Bahia; 2) "Comentários à Constituição Federal", de 21 autores, sob coordenação da Editora Forense e da Academia Internacional de Direito Econômico e Econômico, de Ivan Vernon Gomes Torres e quatro colaboradores; e 3) "A Constituição e o Cidadão", de quatro colaboradores; e 4) um comentário à Constituição, ainda sem título, coordenado pelo ministro José Francisco Rezack e/ou Geraldo Afaliba, com a colaboração, entre outros, dos professores Miguel Reale e Coifredo da Silva Telles e do ex-ministro Leônidas de Albuquerque.

Os três trabalhos individuais previstos pela Forense são de autoria dos constitucionalistas Luiz Pinto Ferreira, José Alfredo de Oliveira Baracho e Roberto Barcellos de Magalhães.

Para a editora Freitas Bastos, 26 especialistas estão trabalhando no

## Computadores correm contra o tempo

A corrida dos computadores contra o tempo começa com o elementar trabalho de datilografar o texto dos livros à medida em que vão sendo entregues por seus autores às editoras. O texto em seguida é lançado na memória do computador, até um determinado número de páginas. O conteúdo dessas páginas é transferido então para um "disquete" (ou fita magnética).

Com as modificações feitas nos textos pelos autores, o "disquete" é recolocado no computador. Só então o "disquete" vai para um laboratô-

rio ou unidade fotográfica. Ali, o conteúdo do "disquete" é transferido para o chamado papel fotográfico. Este papel é disposto em páginas numeradas. É a arte final. Página por página é fotografada e está pronto o fotolito que em seguida é usado como matriz, na gráfica, para a impressão. A editora Saraiva utiliza máquina fotocompositora da linha "Compugraph", modelo 7.700, munida de um computador. A Forense usa máquina com computador tipo IBM-PC, modelo XT-Turbo, da Succomp (indústria nacional). (NVR)

promulgação serão lançadas "anotações" de cinco autores" e que "trabalhos mais profundos só surgirão no mínimo daqui a dois ou três anos".

Para as Edições Trabalhistas, dez especialistas preparam "Comentários à Constituição", em dois volumes, sob a coordenação do advogado ta Benedito Calheiros Bastum. Para a editora Globo, o jurista Raymundo Faoro está escrevendo o livro "Constituinte", e que apresenta a história das Constituintes brasileiras e um capítulo especial sobre a atual.

## Comentários e críticas

"A nova Constituição é censurável e tem tópicos irrisórios. É uma obra pendular, feita para atender a interesses circunstanciais, de grupos, onde os votos não foram dados por convicção e os acordos foram feitos para evitar o 'buraco negro', o que sempre levou à transigência, fazendo surgir os capitalistas de esquerda e os esquerdistas de direita".

Pela análise, feita pelo desembargador Fernando Whitaker da Cunha,

que se autodefiniu "de esquerda e social democrata", é a mais pes-

mistra entre os dos autores de obras em preparo. Ele compara os trabalhos dos constituintes brasileiros a "uma sessão de ortopedia política, sem solidez ideológica, doutrinária e científica". Diz que a nova Carta "não aborda os problemas reais do subdesenvolvimento, com a miséria do Nordeste, a mortandade de crianças, a segurança coletiva e os problemas econômicos".

Whitaker acha "irrealismo o sistema presidencialista aprovado, com dispositivos parlamentaristas", e "esquístico" a qualificação do racismo como "crime imprescritível" quando, no Brasil, "não existe o crime de racismo, que agora terá de ser criado". O desembargador acha que o texto sofrerá "tantas modificações que não poderá ser duradouro".

Severo é também o julgamento de Raymundo Faoro: "A Constituinte tem todos os defeitos resultantes do fato de estar sendo feita dentro de um Congresso e não numa Assembleia Constituinte exclusiva, e num Congresso com representação desproporcional e fortemente conservador", afirma.

Para Faoro, os constituintes "deveriam, ter livrado o país da tutela das Forças Armadas e concedido maior liberdade aos sindicatos, mas ao invés disso, ao tentarem preservar o capital nacional, eles submeteram ainda mais o operariado ao controle do empresário brasileiro". O jurista critica também o fato de terem ficado para definição em leis complementares questões importantes, "abrindo espaço para casuísticas, como aconteceu em 1945, quando se previa a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas mas isto nunca foi definido em lei complementar".

Ives Gandra da Silva Martins acha que a nova Constituição "não será duradoura", tanto que, em seu

contrato com a Saraiva, "está prevista uma permanente renovação do texto" dos comentários a serem publicados. "Prevejo uma enxurrada de emendas. Se quiser ser duradoura e pétrea, no sentido de que não pode ser modificada, a Constituição inviabilizará o país. Se for sendo modificada, terá vida mais longa", afirma Ives Gandra.

Ele acha que "o sistema tributário aprovado inviabilizará a Nação porque instalará a inflação permanente, pois a União vai ter que gerar receitas para cobrir o que perde" com a reforma feita; que "a Ordem Econômica aprovada desestimula investimentos estrangeiros"; que na Ordem Social "os novos direitos aumentam a folha de pagamento das empresas privada e estas repassam os custos ao consumidor"; e que a criação de novas instâncias, no Judiciário, "tornará a justiça mais cara e mais lenta".

Igualmente crítico, mas menos pessimista, é o tributarista Roberto Barcellos de Magalhães, que se diz "conservador sem ser retrógrado". Magalhães acha o novo texto "conveniente para o momento, embora sem conteúdo ideológico, para satisfazer a gregos e troianos", e tem "dúvidas de que venha a ser duradouro", principalmente por causa da reforma tributária, que no seu entender "dificultará a sobrevivência da União, que a longo prazo perderá 40% de seus recursos".

Magalhães critica a "ambígua manutenção de postulados parlamentaristas, como a voto de censura a ministros, embora o parlamentarismo tenha sido rejeitado". Ele acha que "o que foi votado na Ordem Econômica nada modifica" e que "as multinacionais, que no Brasil fazem o que querem, não estarão submetido a uma fiscalização completa". Mas ele gostou da manutenção das atribuições das Forças Armadas por considerar que "a defesa da ordem interna é indispensável e sempre que elas intervieram, foi sotragando um desenvolvimento".

O tributarista Carlos Valder do Nascimento vê "grandes perspectivas" de ser "duradoura" a nova Constituição porque foram aprovadas "algumas modificações que interessam a toda a sociedade, como a reforma tributária, que descentraliza a administração e acaba com os 'pacotes' do governo federal".

## Lei e cidadania

O especialista em direito público Ivan Vernon Gomes Torres prevê que seu trabalho "A Constituição e o Cidadão" terá que ser modificada "muitas vezes" e queixa-se do "quebra-cabeças" em que está mergulhado "diante de uma mesa de seis metros de comprimento com mais de 4 mil fichas" em que indexou todos os "assuntos que interessam ao dia-dia do cidadão". Entre estes, Gomes Torres elogia dispositivos como o "habeas data", que permitirá aos brasileiros conhecer e corrigir informações que sobre eles mantêm o Estado em seus arquivos; a introdução do mandato de segurança coletivo; e a criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que "desafogará um pouco a justiça".

O grande problema, para Gomes Torres, é tratar de inovações que, como a licença-paternidade, não têm referências na legislação ordinária, principalmente da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Cita como exemplo, também, a licença-maternidade, que atualmente é de 90 dias e passou a ser de 120.

Um texto da nova Constituição com comentários para o cidadão comum, "em linguagem acessível", está sendo preparado também pela editora Saraiva sob a coordenação de seu diretor-geral, Juarez de Oliveira. A Saraiva prepara-se ainda para atualizar e republicar livros didáticos destinados a alunos e professores dos cursos de direito.